



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- ATA N.º 10/2012 -----

-----Aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e doze, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de José Carlos Alexandrino Mendes, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Mário Américo Franco Alves, José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.** -----

-----Secretariou a presente reunião, o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

-----RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA-----

DOC. 1

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia **14 de maio de 2012**, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **1.990.992,39 € (um milhão, novecentos e noventa mil, novecentos e noventa e dois euros e trinta e nove cêntimos)**, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta ata.-----

1 - ANTES DA ORDEM DO DIA-----

1.1 – INTERVENÇÃO DO VEREADOR MÁRIO ALVES-----

-----**1.1.1 – PESSOAL CONTRATADO PELA ADESA**-----

-----O vereador Mário Alves reiterou ao Sr. Presidente da Câmara a informação sobre quantas pessoas é que estão contratadas através da ADESA e quais as funções exercidas.-----

-----Sobre o assunto, o Presidente da Câmara esclareceu que ainda não fez chegar a informação solicitada ao senhor vereador pelo facto de ter dúvidas em relação aos dados que lhe foram entregues e que gostaria de, previamente, ver esclarecido pela ADESA. Deu conta que, segundo informação que obteve, a ADESA tem, neste momento, cerca de 80 trabalhadores contratados e a prestar serviço nos municípios parceiros. Fez ainda saber que o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Dr. João Mendes, e a Jurista, Dr^a Isabel Antunes, vão estar presentes numa reunião que decorrerá hoje, em Arganil, visando a celebração, entre todos os municípios parceiros, de um protocolo de recrutamento de pessoal, manifestando no entanto a sua disponibilidade para remeter ao vereador Mário Alves a informação pretendida.-----

-----**1.1.2 - CESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE CAFETARIA, DENOMINADO “CAFÉ CENTRAL”, SITO NO LARGO RIBEIRO DO AMARAL, EM OLIVEIRA DO HOSPITAL, NO RAMO DE ESTABELECIMENTO DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS**-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O vereador Mário Alves referiu-se à cessão de exploração do estabelecimento de cafetaria, denominado “Café Central”, sito no Largo Ribeiro do Amaral, em Oliveira do Hospital, tendo questionado o Presidente da Câmara sobre se já foi celebrado o contrato de cessão e iniciado o pagamento das respetivas rendas mensais. -----

-----O Presidente da Câmara informou que o contrato de cessão já foi celebrado entre as partes no passado dia 24 de abril, tendo prestado informações adicionais sobre o assunto, nomeadamente no que se refere a algumas reivindicações apresentadas pela empresa adjudicatária no que diz respeito a pequenas intervenções a realizar no espaço objeto de cessão. -----

-----**1.1.3 – TALUDE NO NOVO ESPAÇO DA FEIRA MENSAL**-----

-----O vereador Mário Alves referiu-se ao último talude, virado a norte, existente no novo espaço da feira, alertando a Câmara Municipal para o facto de verificar que, por falta de vedação, o conjunto de espécies vegetais ali existentes têm vindo a ser devoradas por um rebanho de cabras que, habitualmente, são levadas a pastar junto daquele espaço, salientando que “ou a Câmara municipal toma uma posição relativamente a esta questão ou qualquer dia aquele talude ficará totalmente destruído”. -----

-----O Presidente da Câmara garantiu que iria ordenar aos serviços técnicos da autarquia que se deslocassem ao local a fim de averiguar sobre o que efetivamente se está a passar. -----

-----**1.1.4 – CAIXAS DE SANEAMENTO**-----

-----O vereador Mário Alves chamou à atenção da Câmara Municipal para o facto de perceber que, eventualmente, alguém anda a roubar tampas das caixas de saneamento em algumas zonas da cidade, salientando que “para além da questão do roubo é o perigo que representa para os peões”, referindo uma situação em concreto. -----

-----**1.1.5 – ÚLTIMA REUNIÃO DE CÂMARA**-----

-----O vereador Mário Alves referiu-se à ata da última reunião da Câmara Municipal e dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara afirmou que “nunca se acoite nas críticas que me pode fazer, relativamente à minha gestão e nunca chame à coação o nome do vereador Paulo Rocha para isso”. Salientou que “política é política e é para ser discutida, com clareza e frontalidade, dentro daquilo que são os princípios da democracia, com ética e com civismo, e portanto, agradeço-lhe que não faça mais afirmações daquela natureza. O que tiver para dizer diga e na altura receberá a resposta adequada”. Disse que pretendia clarificar isto de uma vez por todas e de dizer que “de modo algum e em circunstância alguma o vereador Paulo Rocha pode servir de permeio para não dizer o que pensa acerca daquilo que foi a minha gestão, da mesma forma que nada me impedirá a mim, independentemente do vereador Paulo Rocha pertencer hoje ao executivo em permanência, de dizer aquilo que eu penso sobre a atividade do executivo em permanência”.-----

-----Sobre o assunto o Presidente da Câmara, dirigindo-se ao vereador Mário Alves, disse ter muito presente a noção de “equipa”, reconhecendo que “não posso deixar de considerar que o vereador Paulo Rocha, para o bem e para o mal, fez parte da sua equipa e muitas vezes há coisas que, com mais ou menos razoabilidade, embora não com essa intenção, de condicionarem a crítica”. Mais referiu que “se tenho esse cuidado em relação a determinados assuntos julgo que o vereador Mário Alves terá entendido a minha postura”. Esclareceu que “não quero que o vereador Mário Alves se sinta condicionado, mas tenho algum cuidado para perceber aquilo que aconteceu no



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

passado”. Disse ter dito o que disse de forma espontânea, afirmando que “o senhor não tem problema nenhum em dar-me respostas mas eu também não tenho qualquer problema em responder aos seus posicionamentos políticos”. Clarificou ainda que “cada dia que passa e perante o quadro de dificuldades que os municípios atravessam e que todos os dias são notícias de jornais mais acho acertada a decisão de ter desafiado o vereador Paulo Rocha a fazer parte da minha equipa, pela sua competência e pelo trabalho que está a realizar, que me deixa satisfeitiíssimo”. Mais referiu estar convencido que o vereador Paulo Rocha, ao aceitar este desafio, não o fez por missão política mas sim pela missão de querer colaborar na gestão do seu concelho. -----

1.2 – INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA-----

-----**1.2.1 – VOTO DE PESAR**-----

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento da Dr^a Maria Antónia Matos, cidadã do concelho, figura pública, já homenageada pelo Município de Oliveira do Hospital com a medalha de mérito municipal. Prosseguiu referindo que “para além de autarca nesta casa, pois integrou a Comissão Administrativa da Câmara Municipal, no pós 25 de abril, foi uma mulher interessada no desenvolvimento do seu concelho que deixou uma marca forte no setor da educação, com grande ênfase no domínio do Ensino Profissional por via do seu papel na criação e afirmação da EPTOLIVA, antecedido pela sua função de Diretora da Escola Secundária de Oliveira do Hospital, merecedora do nosso respeito. Deixo aqui esta homenagem sincera”. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.**-----

-----**1.2.2 – ÁGUAS DO ZÊZERE E CÔA – INFORMAÇÕES DIVERSAS**-----

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal que esteve presente numa reunião da Empresa Águas do Zêzere e Côa, dando conta dos assuntos que foram tratados e abordados na mesma. Referiu-se às obras de remodelação da ETAR de Aldeia das Dez e informou que a empresa Águas do Zêzere e Côa vai dar início aos trabalhos de remodelação daquela ETAR por considerar que se trata de uma prioridade. Disse ainda que também vai ser feita uma intervenção no emissário de São Paio de Gramaços/Oliveira do Hospital e que a empresa irá responsabilizar-se pelo estudo e execução do projeto de saneamento à Ponte das Três Entradas. ----

-----O vereador Mário Alves lembrou que, no anterior mandato, já existia um projeto de saneamento para a Ponte das Três Entradas, sublinhando que “o único problema na altura é que a Estradas de Portugal não permitia que a Câmara Municipal passasse com o coletor, nem ancorado nem enterrado na ponte”. -----

-----Pelo Sr. Presidente da Câmara foi ainda dito que aproveitou a referida reunião para reivindicar junto da empresa Águas do Zêzere e Côa a execução de alguns projetos relacionados com a ligação técnica de coletores de esgotos no concelho de Oliveira do Hospital, tendo prestado informações adicionais relativamente a esta matéria. -----

-----**A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----1.2.3 – 74ª EDIÇÃO DA VOLTA A PORTUGAL EM BICICLETA -----

D.A.G.F

----- O Presidente da Câmara referiu-se à 74ª edição da Volta a Portugal em Bicicleta dando conta que, de acordo com os contactos estabelecidos com a organização daquele evento, Oliveira do Hospital contará este ano com uma chegada de etapa, a qual se prevê tenha lugar no dia 16 de agosto com uma transmissão em direto na TV, sublinhando que, na sua opinião, será de grande relevância em termos de promoção/divulgação do concelho de Oliveira do Hospital. Disse que posteriormente trará à apreciação do executivo o respetivo protocolo, verificando que a referida etapa custará ao Município de Oliveira do Hospital cerca de 40.000,00 € (quarenta mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, mas cujo pagamento poderá ser efetuado de forma faseada.-

----- Sobre o assunto, interveio o Vereador Mário Alves referindo que continua a ter a mesma opinião relativamente a esta matéria, sublinhando que “não é por acaso que os municípios, ano após ano, cada vez se distanciam mais deste tipo de eventos”, ao que o Presidente da Câmara disse discordar dessa opinião pois tem conhecimento de outros autarcas que se manifestaram muito interessados em receber uma chegada da 74ª edição da Volta a Portugal em Bicicleta.-----

----- Pelo vereador Mário Alves foi ainda referido que, prova dessa dificuldade, é que a organização do evento já permite pagamentos faseados.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2 - ORDEM DO DIA: -----

2.1 - LICENCIAMENTO DE ATIVIDADE DESPORTIVA:-----

-----2.1.1 - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO VALE DO ALVA -----

D.A.G.F./Proc.69/4

-----Requer autorização para a realização do “VIII Passeio de Cicloturismo da EBI da Ponte das Três Entradas, a ter lugar no próximo dia 6 de junho de 2012, e bem assim a isenção do pagamento das taxas inerentes ao mesmo.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a realização do referido convívio de cicloturismo nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 310/02, de 18 de dezembro e no Regulamento do Licenciamento do Exercício de Atividades Sujeitas a Licenciamento Municipal. -----

-----Foi igualmente deliberado isentar o Agrupamento de Escolas do Vale do Alva do pagamento das taxas inerentes ao referido licenciamento nos termos do disposto no Regulamento Geral de taxas Municipais.-----

-----Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de novembro, na sua atual redação, incluir na Ordem do Dia o seguinte assunto:-----

2.1.A – AQUISIÇÃO DE HABITAÇÕES EM SEIXAS DA BEIRA -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----A Câmara Municipal sob proposta do Presidente da Câmara deliberou, por unanimidade, dar início a todos os procedimentos necessários conducentes à aquisição de dois prédios urbanos sítos no Largo da Capela, em Seixas da Beira, freguesia de Seixo da Beira, no sentido de as restaurar como forma de dignificação urbana daquele Largo e, simultaneamente, ou colocar naquelas habitações duas famílias carenciadas, ou vender a custo moderado e/ou a renda resolúvel. -----

2.2 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS: -----

A) AUTARQUIAS: -----

-----**A-1) FREGUESIA DE ALVOCO DAS VÁRZEAS** -----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à **Freguesia de Alvôco das Várzeas**, um subsídio no montante de **5.000,00 € (cinco mil euros)**, como apoio à aquisição do prédio rústico, sito ao Braçal Velho, em Alvoco das Várzeas, com a área de 2.500 m², inscrito na matriz predial sob o artigo número 2298 e descrita na Conservatória do Registo Predial de Oliveira do Hospital sob o número 445.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, aprovar a presente proposta. -----

-----**A-2) FREGUESIA DE NOGUEIRA DO CRAVO**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que atribua à **Freguesia de Nogueira do Cravo**, um subsídio no montante de **2.000,00 € (dois mil euros)** para fazer face às despesas tidas com a organização da “Mostra de Sabores e Tradições do Coração do Concelho”, que teve lugar nos dias 12 e 13 de maio no Parque de Senhor das Almas, em Nogueira do Cravo. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, aprovar a presente proposta. -----

B) INSTITUIÇÕES:-----

-----**B-1) ADI - AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TÁBUA E OLIVEIRA DO HOSPITAL** -----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que atribua à **ADI**, um subsídio no montante de **750,00 € (setecentos e cinquenta euros)**, para fazer face a encargos administrativos tidos com a organização do Sorteio de Natal/2011. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e nos termos do disposto na alínea b) do n.º 4 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, aprovar a presente proposta. -----

-----Em virtude do Vereador José Francisco Rolo ser em simultâneo o Presidente da Direção da ADI, ausentou-se da sala de reuniões no momento da discussão, apreciação e votação deste assunto.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----B-2) ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OLIVEIRA DO HOSPITAL-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal a atribuição do subsídio anual à Associação dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital no montante de **12.500,00 € (doze mil e quinhentos euros)** como comparticipação nas despesas correntes e bem assim a atribuição de um subsídio extraordinário no montante de **5.000,00 € (cinco mil euros)** para fazer face às despesas tidas com a organização do 90º Aniversário daquela Corporação e com as despesas relacionadas com fogos florestais no período de 01/01/2012 a 23/03/2012 (incluindo combustível, almoços e jantares). -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, aprovar a presente proposta. -----

-----B-3) ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE LAGARES DA BEIRA -----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal a atribuição do subsídio anual à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira no montante de **12.500,00 € (doze mil e quinhentos euros)** como comparticipação nas despesas correntes e bem assim a atribuição de um subsídio extraordinário no montante de **5.000,00 € (cinco mil euros)** sendo que **4.250,00 € (quatro mil duzentos e cinquenta euros)** são para fazer face às despesas relacionadas com fogos florestais no período de janeiro a março do corrente ano (incluindo combustível, almoços e jantares) e **750,00 € (setecentos e cinquenta euros)** destinados a apoiar a organização do “XV Festival de Fanfarras”, a ter lugar no próximo dia 3 de junho. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, aprovar a presente proposta. -----

-----B-4) F.C.O.H. - SECÇÃO DE HÓQUEI PATINS “XI TORNEIO CIDADE D’OLIVEIRA” -----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua ao **Futebol Clube de Oliveira do Hospital – Secção de Hóquei Patins**, um subsídio no montante de **2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros)**, destinado à organização do “XI Torneio Cidade D’Oliveira”, a levar a efeito nos próximos dias 25, 26 e 27 de maio no Pavilhão Municipal de Oliveira do Hospital. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, aprovar a presente proposta. -----

-----B-5) FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE TRAVANCA DE LAGOS-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à **Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Travanca de Lagos**, um subsídio no montante de **15.000,00 € (quinze mil euros)**, destinado à realização de obras na Igreja



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Paroquial da freguesia de Travanca de Lagos, o qual será libertado de acordo com a evolução dos trabalhos e respetivos autos de medição. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, aprovar a presente proposta, mediante a assinatura de um protocolo. -----

-----**B-6) TUNA CANTARES DE AVÔ**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à **Tuna Cantares de Avô**, um subsídio no montante de **1.000,00 € (mil euros)**, como apoio à deslocação daquela entidade à Suíça. -----

-----Nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, José Carlos Mendes, Telma Martinho e Paulo Rocha e do Presidente da Câmara, e o voto contra do vereador Mário Alves, aprovar a presente proposta. -----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO DO VEREADOR MÁRIO ALVES**-----

-----O vereador Mário Alves declarou votar contra a atribuição do subsídio à Tuna Cantares de Avô por considerar que, face a tudo aquilo que tem aduzido relativamente à política de atribuição de subsídios e bem assim face à situação económica do país e do concelho, a Câmara Municipal não deve apoiar deslocações ao estrangeiro.-----

-----**Ainda sobre este assunto e no seguimento da intervenção do vereador Mário Alves a Câmara Municipal sob proposta do Presidente da Câmara deliberou, por unanimidade e a partir da presente data, suspender a atribuição de subsídios para deslocações ao estrangeiro.-**

2.3 - OBRAS PARTICULARES-----

-----**2.3.1 - LISTAGEM DE PROJETOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS**-----

D.P.G.T./DOC.2

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares, no período compreendido entre 3 e 11 de maio de 2012, conforme listagem em anexo e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

-----Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de novembro, na sua atual redação, incluir na Ordem do Dia o seguinte assunto:-----

-----**2.3.2 – IMOGONÇALVES, S.A. – PEDIDO DE REDUÇÃO DE TAXA**-----

D.P.G.T.

----- Foi presente pelo Presidente da Câmara a carta, datada de 14 de maio, remetida pela firma IMOGONÇALVES, S.A., devidamente fundamentada pelos serviços, a solicitar a redução do valor a pagar a título de taxa de emissão de alvará no âmbito do projeto de licenciamento nº 49/2012



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

relativo às obras de construção de um edifício comercial (20.917,55 €), a levar a efeito no lugar de “Quinta da Comenda”, na freguesia e Concelho de Oliveira do Hospital.-----

----- Sobre o assunto, o vereador José Carlos Mendes disse concordar com a atribuição de apoios a investimentos que criem riqueza no concelho, defendendo no entanto a criação de um regulamento que fixe regras que permitam igual tratamento em situações futuras. -----

----- O vereador Paulo Rocha realçou o facto de este investimento com objetivo reprodutivo ser o único desta dimensão a acontecer atualmente no concelho de Oliveira do Hospital, declarando que, na sua opinião, a redução do pagamento de taxa deve ser parcial mas não total e em moldes a definir, subscrevendo a posição do vereador José Carlos Mendes no que se refere à criação de um documento que regule a fixação de critérios para situações futuras. -----

----- O Presidente da Câmara disse igualmente subscrever a posição do vereador Paulo Rocha. ----

----- O vereador Mário Alves, tomando uso da palavra, referiu que a Câmara Municipal deve assumir uma posição coerente e transparente relativamente a esta matéria fixando critérios que salvaguardem situações futuras. Disse assim entender que, em situações que não haja criação de postos de trabalho, a Câmara Municipal deve cobrar o valor da licença na sua totalidade. Nos casos em que a criação de postos de trabalho seja devidamente confirmada pela Câmara Municipal defende que se isentem em 25% do montante da taxa, podendo os mesmos ser restituídos em 750,00 € (setecentos e cinquenta euros) por cada posto de trabalho líquido que venha a ser criado, posição que foi corroborada por todos os membros presentes. -----

----- Assim e no que se refere ao caso em apreço, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto nos artigos 8º e 9º do Regulamento Geral de Taxas Municipais, conceder ao requerente a redução de 25% do valor da licença, no ato da sua emissão. -----

----- Mais foi deliberado que, aquando da emissão de alvará de utilização do edifício em causa e até ao prazo máximo de dois anos contados após essa data, poderá ser restituído o valor de 750,00 € (setecentos e cinquenta euros) por cada posto de trabalho líquido criado, mediante apresentação de documento comprovativo, até perfazer o valor pago pela emissão da licença em apreço. -----

----- Foi ainda deliberado aplicar o teor da deliberação suprarreferida a todos os pedidos similares dirigidos a esta Câmara Municipal, mediante avaliação de conformidade caso a caso.-----

2.4 - OBRAS MUNICIPAIS:-----

-----2.4.1 - EMPREITADA DE “REQUALIFICAÇÃO, BENEFICIAÇÃO E APETRECHAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL E CONSTRUÇÃO DA CENTRAL DE CAMIONAGEM EM OLIVEIRA DO HOSPITAL” - ABERTURA DE PROCEDIMENTO-----

D.A.G.F./DOC.3

-----Foi presente pelo Presidente da Câmara a informação técnica nº 22/2012, datada de 30 de março, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, tendo prestado breves esclarecimentos relativamente a possíveis alterações ao projeto da empreitada em apreço. -----

-----Interveio o vereador José Carlos Mendes que disse concordar com a requalificação do Mercado Municipal e a Construção da Central de Camionagem mas considera que “esta empreitada peca por ser tardia”. Referiu no entanto ter algumas dúvidas sobre a mesma que pretendia ver esclarecidas, nomeadamente no que se refere a questões relacionadas com o projeto por discordar do tipo de iluminação prevista e bem assim do modelo adotado para a sala de espera. Defendeu a



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

instalação de um sistema de otimização de consumo de energia (eficiência energética) e a aplicação de uma porta na sala de espera para que aquele espaço fique fechado tornando-se mais abrigado, nomeadamente no período de inverno. Questionou ainda o Presidente da Câmara sobre se os arrendatários dos espaços do Mercado Municipal estão conscientes de tudo o que se vai passar e bem assim se os seus interesses foram ou não salvaguardados. Questionou igualmente aquele responsável sobre se a obra vai ou não ser objeto de financiamento comunitário. -----

-----Sobre o assunto, o Presidente da Câmara esclareceu que, no que se refere à iluminação o projeto inicial não contempla a aplicação de lâmpadas led, tendo no entanto já advertido o arquiteto responsável pela elaboração do mesmo para a sua substituição por considerar que o município deve ser um exemplo nesta área. -----

-----Defendendo a instalação de sistemas de otimização de consumo de energia, o vereador José Carlos Mendes realçou também a importância da colocação de painéis solares e/ ou foto voltaicos no edifício. -----

-----Pelo Presidente da Câmara foi ainda referido que “no que se refere aos arrendatários, tudo foi feito para que efetivamente se cumprissem as orientações que foram sendo dadas pela Câmara Municipal em sequentes reuniões realizadas com os mesmos, nomeadamente no que se refere à transferência provisória das lojas para outro espaço”. -----

-----Quanto ao financiamento comunitário referiu que, como é do conhecimento dos senhores vereadores, o Quadro Comunitário está suspenso há cerca de 8 meses, pelo que desconhece se a obra em causa vai ou não poder ser objeto de financiamento. Garantiu no entanto que o executivo em permanência tem estado atento a todos os desenvolvimentos, para que, caso sejam abertas novas candidaturas ao Quadro Comunitário, o município possa candidatar-se no âmbito da empreitada em análise para o que considera importante a sua aprovação. Reconheceu acreditar que a obra venha a ser objeto de financiamento. -----

-----O vereador José Carlos Mendes explicou que colocou a questão relativa ao investimento pelo facto de várias vezes ouvir o Sr. Presidente da Câmara dizer que tem tido muito cuidado com a gestão dos recursos financeiros do município. Referiu estar de acordo que assim seja até porque a empreitada em causa envolve um investimento significativo e se não for objeto de apoio comunitário poderá retirar ao município a hipótese de fazer outros investimentos também prioritários e essenciais para o concelho de Oliveira do Hospital. Disse ter conhecimento de autarquias que estão a lançar vários concursos respeitantes a obras de diferentes áreas, com a premissa de que só avançarão se forem objeto de apoio comunitário, entendendo assim que a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital deveria proceder da mesma forma, ou seja, lançar novos concursos públicos respeitantes a obras que considere prioritárias, para que, de acordo com a disponibilização dos fundos comunitários, possa avançar pelos que efetivamente serão objeto de apoio financeiro. Mais referiu que, na sua opinião, o concurso público em análise já deveria fazer constar essa premissa no respetivo Caderno de Encargos. -----

-----O Presidente da Câmara disse entender que, independentemente dos problemas de saneamento que há para resolver no concelho, tanto as obras em discussão como a empreitada de requalificação da Av. Dr. Carlos Campos, são prioritárias na cidade, pelo que, sejam elas ou não objeto de financiamento, irão avançar por considerar que a autarquia tem condições financeiras para o fazer, de forma faseada. Acrescentou que, no que se refere a infraestruturas prioritárias na cidade, gostaria de ver executados os projetos de requalificação das Piscinas Municipais, requalificação da estrada Catraia de São Paio/Oliveira do Hospital e a requalificação do Estaleiro Municipal. -----

-----O vereador José Carlos Mendes referiu entender que, para além das obras que foram enumeradas pelo Sr. Presidente da Câmara, existem outras que, na sua opinião, poderão ter mais interesse para o concelho porque podem ser reprodutivas através da criação de emprego, ao que o



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Presidente da Câmara respondeu que vão ser criados novos conceitos para as Zonas Industriais, atualmente existentes, no sentido de potenciarem a fixação de empresas no concelho. -----

-----O vereador José Carlos Mendes lembrou que, para além das Zonas Industriais, existe a área do Turismo que considera ser fundamental para o desenvolvimento do concelho de Oliveira do Hospital e do país, entendendo assim que “a Câmara Municipal não pode colocar de parte investimentos que têm que ser feitos para que os privados possam fazer investimentos que tragam emprego e riqueza ao concelho”. -----

-----O Presidente da Câmara referiu que, neste momento, as únicas obras que a Câmara Municipal teria em condições para lançar nos termos referidos pelo vereador José Carlos Mendes são, a requalificação das Piscinas Municipais, a requalificação da Av. Dr. Carlos Campos e a construção da Central de Camionagem, frisando no entanto que “são opções políticas”, ao que o vereador José Carlos Mendes referiu “ou por questões eleitorais também”. -----

-----Pelo vereador José Carlos Mendes foi ainda referido que “o que se nota no lançamento desta obra e a postura de não querer pôr lá essa cláusula tem a ver com a parte eleitoral”, ao que o Presidente da Câmara discordou, lembrando que está em causa uma obra que estava prevista há já algum tempo e é considerado fundamental pela generalidade dos oliveirenses. -----

-----O Presidente da Câmara referiu que “não se trata de um programa eleitoral mas pelas palavras do senhor vereador até parece que ficou incomodado por se estar a lançar a obra agora”. ---

-----O vereador José Carlos Mendes disse que “não estou incomodado nada, apenas entendo que, quem está nestas instituições, tem que tentar fazer do pouco dinheiro que tem o máximo com ele e para isso há fundos comunitários que podem ser aproveitados para executar determinadas obras. Agora, se gastarmos o dinheiro numa obra que não seja financiada vai faltar para outras que podiam ser financiadas”. -----

-----Depois de questionado pelo Presidente da Câmara o vereador José Carlos Mendes disse reconhecer que o Mercado Municipal, neste momento, não reúne condições para se manter aberto, discordando no entanto que as obras sejam executadas apenas com verbas do orçamento municipal.

-----O vereador José Carlos Mendes mais referiu que “ao fazer um concurso desta natureza Sr. Presidente não está a fazer uma gestão criteriosa e uma gestão adequada dos dinheiros do município. Se não houver financiamento vai ter que realizar a obra com verbas do orçamento municipal, porquanto, se aguardasse, meio ano/um ano, poderia conseguir financiamento para a sua execução”. -----

-----O Presidente da Câmara clarificou que “se não tivermos esta obra adjudicada nunca conseguiremos financiamento para ela”, garantindo que tem encetado todas as diligências necessárias no sentido de que a Câmara Municipal consiga financiamento para a execução desta empreitada, pois entende que “quanto mais dinheiro se conseguir para participação desta obra mais dinheiro a autarquia terá para realizar e melhorar as outras obras eleitorais de que o senhor vereador falou”. -----

-----Interveio o vereador Mário Alves lembrando que “já aqui falámos sobre aquilo que entendíamos que deveriam ser alterações ao projeto e concluímos na altura que a agregação da Av. Dr. Carlos Campos, a esta empreitada, deveria ser considerada prioritária uma vez que é a parte mais importante. Mais referiu que “qualquer obra que é vista na perspetiva política é eleitoral”, salientando que “qualquer autarca que dá a conhecer trabalho a quem o elegeu, se for recandidato, está, naturalmente, a trabalhar para que tenha melhores condições para ganhar eleições e por isso qualquer obra é eleitoral, independentemente do momento”. Disse que aquilo que importa é averiguar se é ou não imprescindível reconverter o Mercado e construir a Central de Camionagem, lembrando que está em causa um projeto de longos anos mas que ficou emperrado pelas razões que são do conhecimento dos senhores vereadores. Referiu que “o conceito que existia na altura para a



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Central de Camionagem está agora vertido na requalificação do Mercado”. Declarou que “nestas condições vou abster-me porque entendo que a agregação da Av. Dr. Carlos Campos é imprescindível nesta fase”. -----

-----Referindo-se a obras disse entender que “se queremos turistas temos que ter uma cidade atrativa e a Bobadela faz parte da cidade, quer queiramos, quer não, e por isso é fundamental resolver o problema da habitação existente junto ao museu”. Salientou que “para termos uma cidade mais atrativa é necessário intervir na zona histórica da cidade”. Afirmou que “eu não partilho do mesmo otimismo que tem o Sr. Presidente da Câmara relativamente a futuros fundos comunitários”. Referiu que “para executar esta obra sem problemas financeiros bastaria cortar os subsídios às Juntas de Freguesia durante dois anos e aí teria disponibilidade financeira para realizar o investimento ora proposto”. Lembrou ainda que “custe o que custar a Câmara Municipal vai ter que rever os seus tarifários. Não é possível à Câmara Municipal, com os tarifários atualmente aplicados, manter os sistemas e continuar a fazer investimento porque está a suportar custos que deveriam ser imputados ao consumidor (município). E portanto, nessa perspetiva, nunca iremos a lado nenhum”. Concluiu declarando que “a Câmara Municipal, cada vez mais, tem que ter recursos próprios para determinado tipo de investimentos porque a execução deste Quadro Comunitário termina já em 2015 e no futuro próximo haverá menos verbas disponíveis para lançamento de projetos”. -----

-----O vereador José Carlos Mendes tomando uso da palavra referiu-se à intervenção do vereador Mário Alves manifestando a sua disponibilidade para, numa reunião futura, discutir com aquele responsável as questões relacionadas com o desenvolvimento turístico do concelho, sublinhando que “pode dizer que sou megalómano mas tenho uma ideia totalmente diferente da dele, julgo que, com diretrizes certas as coisas podem efetivamente acontecer. Não sou tão pessimista quanto ele pois, na minha opinião, temos que ser otimistas naquilo que pensa e executa”. -----

-----Pelo Sr. vereador José Carlos Mendes foi ainda referido que “no que diz respeito às obras a realizar a questão que coloquei sobre o financiamento não foi por acaso”, afirmando que “a Lei dos Compromissos vai asfixiar as autarquias no que diz respeito ao lançamento de investimento”. Disse não ter dúvidas de que vai haver financiamento para determinado tipo de investimentos que a autarquia prevê realizar, corroborando a posição do vereador Mário Alves no que se refere à necessidade de intervir na zona histórica da cidade. Salientou ainda que “todas as obras que aqui foram elencadas são fundamentais para o desenvolvimento do concelho, agora há é que gerir muito bem o dinheiro da Câmara Municipal e aí o Sr. Presidente da Câmara, na minha opinião, está a caminhar pelo lado oposto e por isso vou votar contra a proposta apresentada”. -----

-----No seguimento da intervenção do Sr. vereador José Carlos Mendes o vereador Mário Alves referiu que “todos estes “se...” têm a ver com o facto de Oliveira do Hospital ter ou não disponibilidade financeira para executar a obra, mas tem, e é aquilo que as outras autarquias não têm. Aí é que está a grande diferença! Houve no passado uma gestão correta e o concelho está em condições de poder avançar com este investimento”. Lembrou no entanto que “a minha preocupação está na política de atribuição de subsídios e no problema dos tarifários”. Disse entender que “temos que avançar com a revisão dos tarifários para garantir sustentabilidade nos anos imediatos e bem assim para poder garantir a continuidade do apoio social aos mais carenciados”, frisando que “é isso que a mim me preocupa neste momento”. -----

-----Tomando uso da palavra o vereador José Francisco Rolo referindo-se ao QREN lembrou que “este Quadro Comunitário tem como período para aprovação de projetos de 2007 a 2013, pelo que estamos a um ano do término das aprovações e, naturalmente, que as verbas existentes são verbas residuais em relação ao grosso da dotação inicial”. Afirmou assim que “o executivo em permanência foi honesto e transparente quando disse que, neste ciclo de financiamentos



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

comunitários não voltamos a repetir um ano em termos de volume de captação de fundos comunitários como o ano de 2011”. -----

-----Sobre a obra de requalificação em apreço o vereador José Francisco Rolo mais referiu que “não é uma obra eleitoral mas sim uma obra fundamental, porque, essencialmente, vai intervir naquela zona, que é na prática a terceira fase da requalificação da cidade e vai criar uma nova centralidade naquela zona da cidade que é considerada como um dos pontos negros do urbanismo da cidade que, finalmente, vai ser resolvido”. -----

-----Dirigindo-se ao vereador José Carlos Mendes lembrou que “esta III fase da requalificação da cidade, que incorpora a requalificação da Av. Dr. Carlos Campos, a requalificação do Mercado Municipal e a construção da Central de Camionagem, já aqui foi assumida pelo senhor como uma prioridade e, hoje, acusa-nos de ser uma obra eleitoral. Não entendo, tempos atrás era uma prioridade, agora, a um ano das eleições é uma obra eleitoral”.-----

-----O vereador José Carlos Mendes esclareceu que continua a considerar a obra em análise como uma obra prioritária mas entende que deve ser feita utilizando corretamente os recursos da Câmara Municipal”. -----

-----Ainda tomando uso da palavra, o vereador José Francisco esclareceu que “esta obra faz-se porque a Câmara Municipal arrisca executá-la com fundos próprios uma vez que tem capacidade financeira para tal”. Disse reconhecer que há uma série de autarquias que, quando abrem concursos públicos, o fazem com a condição de que as obras só serão executadas se tiverem dotação financeira para esse fim, frisando que “isso é feito porque são Câmaras Municipais que não têm capacidade financeira exclusiva e autossuficiente para o fazer, logo, só avançam se tiverem financiamento do QREN, o que, a um ano do final das aprovações daquele Quadro Comunitário muitas delas vão ficar como obras condicionais, ou seja, «obras hipotéticas»”, ao que o vereador Mário Alves disse que «obras hipotéticas», não, «obras virtuais»”. -----

-----Pelo Sr. vereador José Francisco Rolo foi ainda referido que, no que se refere à requalificação da zona histórica da cidade de Oliveira do Hospital, considera que “é uma matéria que nos une e estamos em sintonia”, recordando que “o Sr. Presidente da Câmara disse há reuniões atrás que o anterior executivo, a partir do trabalho meritório do Gabinete Técnico Local, fez o levantamento e a caracterização do centro histórico de Oliveira do Hospital, assim como também é verdade que já o presente executivo atualizou esse estudo e o apresentou, na altura, à então Ministra do Ambiente, Eng^a Dulce Pássaro, para que aquele espaço fosse reconhecido como área de reabilitação urbana (ARU) e, supostamente, viesse a integrar um Programa de Regeneração Urbana de Zonas Históricas”. Disse que, nessas condições, a intenção do executivo em permanência era lançar a obra no terceiro trimestre de 2011, o que já não aconteceu por força da realização de eleições antecipadas, de onde saiu um novo Governo que não deu sequência às “ARU”. -----

-----O vereador José Francisco Rolo referiu ainda que “o vereador José Carlos Mendes faz sempre um discurso fácil, e disforme, sobre o turismo porque entende que se trata de uma área que é panaceia para resolver todos os problemas do concelho, assim como também faz um discurso fácil e disforme sobre essa “coisa” vaga que é «a Câmara Municipal tem que apoiar o empreendedorismo». Salientou que “a Câmara desde trabalhar o segmento educação para o empreendedorismo nas escolas, junto dos alunos do ensino superior, com incentivos ao empreendedorismo com programas disponibilizados tenta levar o empreendedorismo ao máximo e tem uma obrigação porque vai à procura dos investidores, reúne com eles e cria-lhe condições. Agora, tem é um problema, é que alguns dos possíveis investidores preferem investir em fundos de investimento em Singapura do que investir no concelho de Oliveira do Hospital”. Prosseguiu referindo que “o Sr. vereador José Carlos Mendes insiste em criticar a atitude da Câmara Municipal no que se refere à sua atuação na área do turismo, mas da mesma forma que este processo foi hoje prioritário, numa lógica de avançar com o



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

investimento, também temos agilizado procedimentos a todos os projetos que dão entrada nos serviços desta Câmara Municipal na área do turismo”. Deu conhecimento que, para o efeito, o executivo em permanência tem reunido com os responsáveis do Turismo Centro de Portugal, do Mais Centro da ADXTUR, entre outros, sublinhando que “essa é a nossa obrigação para ajudar os respetivos investidores”. -----

----- Neste momento, a Vereadora Telma Martinho deu por finda a sua participação na presente reunião uma vez que tem que se ausentar por motivos profissionais, deixando expressa a sua declaração de voto relativamente a este assunto e que a seguir se transcreve na íntegra: -----

----- “Concordando com a questão financeira levantada pelo Sr. Vereador José Carlos Mendes, mas defendendo a intervenção agora em análise e tendo esperança que o executivo em permanência reveja a política de subsídios, conforme sugestão do Sr. vereador Mário Alves, vou abster-me na aprovação da presente proposta”. -----

-----O vereador Paulo Rocha interveio declarando que “vou votar favoravelmente a proposta apresentada, porque entendo, há muito tempo a esta parte, que de facto é uma obra fundamental no contexto da regeneração que o vereador Mário Alves (enquanto Presidente da Câmara no anterior mandato) iniciou na cidade de Oliveira do Hospital”. Disse tratar-se de uma das zonas que, na sua opinião, neste momento, mais carece de intervenção a par de dois problemas existentes, ou seja, a inexistência da Central de Camionagem e a completa desatualização da funcionalidade do Mercado Municipal que necessita de ser reaproveitado. Mais referiu que “relativamente à premissa mencionada pelo vereador José Carlos Mendes, que tanto quer e acentua em relação ao procedimento de só avançar a empreitada caso exista financiamento, felizmente a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, com uma gestão adequada e não esquecendo aquilo que já foi referido, quer pelo Sr. vereador Mário Alves, quer pelo Sr. Presidente da Câmara, sobre o ajustamento de tarifários, está em condições de a poder executar”. Considera que isso é importante, apesar de entender que o Presidente da Câmara não deve deixar de lutar pelo cofinanciamento da obra em análise, uma vez que, sendo atribuído, vai permitir que possa fazer outras obras, devendo no entanto elencar prioridades. Concluiu salientando que “aquela zona precisa efetivamente de ser requalificada” entendendo no entanto que “atrás desta intervenção tem que vir a da Av. Dr. Carlos Campos, porque é onde se nota essa necessidade com maior premência”. Disse acreditar que “estes investimentos vão fazer com que a cidade e o concelho sejam mais atrativos, podendo com isso potencializar a vinda de turistas, mas enquanto Oliveira do Hospital não tiver um elemento polarizador de turismo com dimensão estaremos sempre reduzidos à escala daquilo que temos”. ----

-----A vereadora Graça Silva declarou votar favoravelmente a proposta apresentada, tendo referido que “se já se tentou de tudo para que houvesse fundos comunitários e entretanto não há essa possibilidade, mas há condições financeiras, por parte do município, para avançar e se estamos de acordo de que esta obra é extremamente importante para a cidade de Oliveira do Hospital, podendo mesmo ser uma mais valia para o turismo, julgo que a Câmara Municipal deve avançar com a mesma para que a cidade fique mais bonita e arranjada”.-----

-----Ainda no que se refere à questão do eleitoralismo o vereador Mário Alves dirigindo-se ao Presidente da Câmara verificou que “para mim, eleitoralismo seria muito mais se o Sr. Presidente da Câmara fizesse aquilo que o Sr. vereador José Carlos Mendes propôs, e que era, colocar várias obras a concurso, com a cláusula de que, se não houver fundos não há obra. Isso sim seria eleitoralismo e possivelmente ilusionismo”. Declarou abster-se na votação da presente proposta pelas razões que já aduziu sobre esta matéria e bem assim por considerar que “aquela obra fica completamente «amputada» sem a agregação da requalificação da Av. Dr. Carlos Campos”. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Pelo vereador José Francisco Rolo foram ainda tecidas breves considerações no que se refere à aprovação da II fase de requalificação da cidade, salientando que “na altura não concordei com o projeto de requalificação do centro urbano da cidade de Oliveira do Hospital, ainda assim tive o discernimento de não trocar aquilo que julgava ser secundário pelo essencial, tornando como essencial a renovação do centro nevrálgico da sala de visitas de Oliveira do Hospital, que é o Largo Ribeiro do Amaral. E por isso, apesar das críticas que formulei, na altura, a toda a destruição da imagem típica daquele Largo, votei favoravelmente, sendo solidário com o então Presidente da Câmara”. Por esta razão disse estranhar que o vereador Mário Alves se tenha absterido na votação da presente proposta”.

-----O vereador José Carlos Mendes declarou votar contra a presente proposta, por questões de convicção e porque entende que não se está a fazer uma gestão adequada dos dinheiros do município, ao que o Presidente da Câmara disse entender que o Sr. vereador José Carlos Mendes tinha é que arranjar um pretexto para votar contra a sua proposta.

-----**Sob proposta do Presidente a Câmara Municipal nos termos do disposto no artº 36º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro e de acordo com a informação técnica, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva e Paulo Rocha e do Presidente da Câmara, o voto contra do vereador José Carlos Mendes e a abstenção dos vereadores Telma Martinho e Mário Alves, conforme declarações de voto acima aduzidas, abrir concurso público para a empreitada de “REQUALIFICAÇÃO, BENEFICIAÇÃO E APETRECHAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL E CONSTRUÇÃO DA CENTRAL DE CAMIONAGEM EM OLIVEIRA DO HOSPITAL”, cujo orçamento se eleva a 985.813,42 € (novecentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e treze euros e quarenta e dois cêntimos), sendo que 424.502,16 € (quatrocentos e vinte e quatro mil, quinhentos e dois euros e dezasseis cêntimos) se reportam aos custos estimados para a Central de Camionagem e 561.311,26 € (quinhentos e sessenta e um mil, trezentos e onze euros e vinte e seis cêntimos) aos custos estimados para a Requalificação do Mercado.**

-----Foi igualmente deliberado aprovar os respetivos, programa de concurso, caderno de encargos e projeto de execução e bem assim designar como júri do procedimento em epígrafe os senhores:

-----**Efetivos:**

----- - Presidente – Engº Manuel de Melo Cruz, Técnico Superior;

----- - Dr. João Manuel Nunes Mendes, Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças;

----- - Engº Fernando António Amaral Vicente, Técnico Superior;

-----**Suplentes:**

----- - Engº Fernando António Prata Durães, Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão do Território;

----- - Engª Ana Isabel das Neves Nunes, Técnica Superior.

-----**Neste momento, o vereador José Carlos Mendes e o Diretor do Departamento de Administração Geral deram por finda a sua participação na presente reunião uma vez que têm que se ausentar por motivos profissionais.**

-----**2.4.2 - EMPREITADA DE “RETIFICAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA E.M. 509 - NOGUEIRA DO CRAVO/ ALDEIA DE NOGUEIRA/ OLIVEIRA DO HOSPITAL” - APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MAIS E A MENOS**



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

D.O.S.M./DOC.4

-----Sob proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e de acordo com a informação da Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, aprovar a execução de trabalhos a mais na empreitada acima identificada, no montante de 187.112,52 € (cento e oitenta e sete mil, cento e doze euros e cinquenta e dois cêntimos), sendo que, deste valor, 111.552,72 € (cento e onze mil, quinhentos e cinquenta e dois euros e setenta e dois cêntimos) dizem respeito a trabalhos a mais, a preços a aprovar, conforme lista anexa e 75.559,80 € (setenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e nove euros e oitenta cêntimos) são trabalhos a preços de proposta, também conforme lista anexa, todos os valores acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. -----

-----Foi igualmente deliberado aprovar a listagem dos trabalhos a menos no montante de 187.112,52 € (cento e oitenta e sete mil, cento e doze euros e cinquenta e dois cêntimos). -----

----- Assim, e nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 370º do CCP, os trabalhos a mais são executados em substituição dos trabalhos a menos, pelo que o valor destes compensa o valor dos trabalhos a mais, não havendo por isso lugar a qualquer despesa ou celebração de contrato.-----

-----2.4.3 - EMPREITADA DE “EXECUÇÃO DA REVISÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL - INFRAESTRUTURA - FASE I” - APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MAIS E A MENOS-----

D.O.S.M./DOC.5

-----Sob proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e de acordo com a informação da Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, aprovar a execução de trabalhos a mais na empreitada acima identificada, no montante de 7.336,77 € (sete mil, trezentos e trinta e seis euros e setenta e sete cêntimos), e bem assim aprovar a listagem dos trabalhos a menos no montante de 16.605,87 € (dezasseis mil, seiscentos e cinco euros e oitenta e sete cêntimos), ambos os valores acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, conforme lista anexa. -----

----- Assim, e nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 370º do CCP, os trabalhos a mais são executados em substituição dos trabalhos a menos, pelo que, sendo o valor destes superior ao valor dos trabalhos a mais há ainda um valor residual de trabalhos a menos no valor de 9.269,10 € (nove mil, duzentos e sessenta e nove euros e dez cêntimos), não havendo por isso lugar a qualquer despesa ou celebração de contrato. -----

2.5 - ESTRADAS DE PORTUGAL, S.A. - PEDIDO DE INTERVENÇÃO - EN17 -----

D.O.S.M.

-----Relativamente ao assunto em epígrafe e no seguimento do nosso ofício nº 868/2012, datado de 10 de fevereiro, foi presente pelo Presidente da Câmara o ofício nº 15287, datado de 2 de maio, remetido pela entidade acima mencionada, a informar que no âmbito da empreitada de conservação corrente por contrato em curso no distrito de Coimbra, vai intervir no pavimento da EN17, nomeadamente no troço compreendido entre o Km 64+800 (final do IC6) e o Km 71+410 (Venda de Galizes), dando conta de que irão ser efetuados no referido troço aproximadamente 20.000 m² de fresagens e aplicados cerca de 500 ton de camada de regularização em betão betuminoso, bem como irá proceder-se à marcação horizontal nas zonas intervencionadas. Mais informa que, aquando da execução destes trabalhos, se for detetada alguma situação que se localize fora do troço previsto e



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

que careça de intervenção urgente, a mesma será também reparada, prevendo-se que os trabalhos em causa estejam concluídos no final do mês de julho do ano em curso.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.6 - ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: -----

-----**2.6.1 - MAPA DE TRANSPORTES** -----

D.A.G.F./DOC.6

-----Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 65.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na atual redação, o Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 3 e 14 de maio, e que constam do mapa que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata.

3 - ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES: -----

3.1 - INTERVENÇÃO DO VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO: -----

3.1.1 - AÇÃO SOCIAL: -----

-----**3.1.1.1 – ATIVOSOCIAIS - PROGRAMA DE APOIO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL - ANÁLISE E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO** -----

D.A.G.F./DOC.7

-----Tendo sido antecipadamente entregue a todos os membros do Executivo a proposta de regulamento acima identificada, a Câmara Municipal sob proposta do vereador José Francisco Rolo deliberou, por todos os membros presentes, aprovar o Regulamento do AtivoSociais – Programa de Apoio de Integração Social, com as recomendações e alterações propostas pelo vereador Mário Alves, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

-----Tendo presente o interesse público subjacente à rápida entrada em vigor do regulamento em apreço, fundamentado na situação social atual caracterizada pelo crescimento do desemprego no município, foi igualmente deliberado, nos termos do disposto nas disposições conjugadas nos artigos 117.º e 118.º do Código do Procedimento Administrativo dispensar a realização de inquérito público. -----

3.1.1.2 - EMPREENDER + OLIVEIRA DO HOSPITAL 2012 - ABERTURA DE CONCURSO E ANÁLISE E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO -----

D.A.G.F./DOC.8

-----Tendo sido antecipadamente entregue a todos os membros do Executivo o Regulamento do Concurso acima identificado, a Câmara Municipal sob proposta do vereador José Francisco Rolo deliberou, por todos os membros presentes, aprovar o Regulamento do Concurso Municipal de Ideias de Negócio “Empreender +”, com as recomendações e alterações propostas pelo vereador Mário Alves, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, cujo objetivo é promover a renovação e diversificação do tecido económico concelhio, a fixação de quadros e a criação e distribuição de riqueza, e que inclui a atribuição de prémios, a saber: -----

-----1.º Prémio – 15.000,00 € (quinze mil euros)-----

-----2.º Prémio – 10.000,00 € (dez mil euros) -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----3º Prémio – 7.500,00 € (sete mil e quinhentos euros) -----
-----No âmbito do regulamento acima identificado foi igualmente deliberado aprovar a abertura do período de candidaturas, para o ano de 2012, do Concurso Municipal de Ideias de Negócio “Empreender +” que irá decorrer de 1 de junho a 30 de setembro de 2012. -----

3.2 - INTERVENÇÃO DA VEREADORA GRACA SILVA:-----

-----**3.2.1 - PROJETO EMPREENDEDORISMO**-----

D.A.G.F.

-----A vereadora Graça Silva deu conhecimento à Câmara Municipal que a final do Concurso Concelhio de Ideias Empreendedoras decorreu no passado dia 11 de maio, no Largo Ribeiro do Amaral, em Oliveira do Hospital, no âmbito da II Iniciativa Competências para o Desenvolvimento, tendo sido selecionadas como vencedoras as seguintes ideias de negócio:-----

-----**1º Prémio – “Embalagem QueSe”** – promovida por Mariana Santos, Ana Rita Carvalho e Cátia Monteiro, alunas da EPTOLIVA – (caixa para embalagem de queijo); -----

-----**2º Prémio – “D-Ultichair”** – ideia de negócio promovida por Diogo Vieira e Onosildo Melo, alunos da EPTOLIVA - (linha de mobiliário);-----

-----**3º Prémio – “Trocas e Baldrocas”** – promovida por Beatriz Pratas, Leonor Ribeiro e Patrícia Martins, alunas da Escola Secundária com 3º CEB de Oliveira do Hospital – (linha de têxteis).-----

-----Deu igualmente conhecimento que os elementos das três equipas vencedoras foram premiados com vales para a aquisição de telemóveis patrocinados pela empresa Lusacelular. Mais referiu que o projeto vencedor vai representar o concelho de Oliveira do Hospital na final que vai decorrer a 2 de junho, pelas 15:00 horas, no cineteatro de Miranda do Corvo, onde irá ser apurado o vencedor do concurso intermunicipal entre os projetos vencedores dos concursos concelhios da região da CIMPIN. -----

-----A vereadora Graça Silva informou ainda a Câmara Municipal que, no passado dia 4 de maio, decorreu uma reunião na CIMPIN do grupo de trabalho do projeto de Empreendedorismo visando a preparação da segunda fase do projeto: a implementação do Plano de Ação. Deu conta que entre os assuntos tratados e abordados na referida reunião ficou agendado o local e o horário da final do concurso intermunicipal de ideias acima referido, tendo sido salientada a necessidade da criação de um GAE - Gabinete de Apoio ao Empreendedor, em cada município, ou na falta deste nomeação/indicação pelas autarquias e pelos parceiros dos técnicos responsáveis pelo apoio aos empreendedores, bem como o seu horário de atendimento. -----

-----**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

-----**3.2.2 - PROJETO EDUCATIVO LOCAL – REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA**-----

U.D.E.S/DOC.9

-----Sobre o assunto mencionado em epígrafe foi presente pela vereadora Graça Silva a informação, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, devidamente fundamentada pelos serviços, tendo a Câmara Municipal deliberado, por todos os membros presentes, emitir parecer favorável quanto à contratação da prestação de serviços para: “Revisão do Projeto Educativo Local e Carta Educativa Municipal” mediante processo de ajuste direto, à empresa “Pensar Território, Ld.ª”, no valor estimado € 19.700,00 (dezanove mil, e setecentos euros) a que acrescerá o IVA. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

**-----3.2.3 – GINASTAS DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE OLIVEIRA DO HOSPITAL –
VOTO DE RECONHECIMENTO -----**

----- A vereadora Graça Silva propôs à Câmara Municipal a aprovação de um voto de congratulação e reconhecimento pelo mérito desportivo alcançado pelas Ginastas do Grupo de Ginástica Acrobata da Escola Secundária de Oliveira do Hospital, ao sagrarem-se campeãs regionais em desporto escolar/desportos gímnicos nas finais dos campeonatos disputadas no passado sábado, na Guarda.-----

----- A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a presente proposta. -----

3.3 - INTERVENÇÃO DO VEREADOR PAULO ROCHA: -----

**----- 3.3.1 – LEGADO DO SR. PROF. VIRGÍLIO HALL DA FONSECA –
INFORMAÇÕES DIVERSAS -----**

----- No seguimento da deliberação camarária de 20 de março de 2012, o vereador Paulo Rocha informou a Câmara Municipal que a recolha do recheio existente e também a inventariação da necessidade de intervenção de conservação / reabilitação do(s) apartamento(s) doados pelo Sr. Prof. Virgílio Hall da Fonseca, já foi efetuada, tendo encetado as diligências necessárias visando o seu arrendamento. Mais informou que está a ser tratado o procedimento administrativo conducente à adjudicação da empreitada de conservação/reabilitação dos mesmos para ser presente em reunião do executivo.-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

4 – OUTROS ASSUNTOS: -----

-----Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de novembro, na sua atual redação, incluir na Ordem do Dia os seguintes assuntos:-----

**-----4.1 - ADI - AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TÁBUA E
OLIVEIRA DO HOSPITAL -----**

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à ADI, um subsídio no montante de **8.000,00 € (oito mil euros)**, como apoio ao desenvolvimento do Projeto MERCA nº 1070, co-financiado através do Mais Centro/CCDR-ACI. -

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, aprovar a presente proposta. -----

----- Em virtude do Vereador José Francisco Rolo ser em simultâneo o Presidente da Direção da ADI, ausentou-se da sala de reuniões no momento da discussão, apreciação e votação deste assunto.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal deliberou, **por todos os membros presentes** aprovar a presente ata em minuta. -----

-----A presente ata foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respetiva leitura conforme determina o n.º 4 do D. L. 45.362, de 21 de novembro de 1963. - -----

-----CONCLUSÃO DA ATA-----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas **quinze horas e trinta minutos**, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, _____, na qualidade de secretário redigi. -----

-----Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 15 de maio de 2012-----

Presidente

Vereadores



**REUNIÃO ORDINÁRIA DE
15 DE MAIO DE 2012**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta ata ao abrigo do
Decreto-Lei 334/82, de 19 de agosto.**